

MOÇÃO

EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

O Serviço Nacional de Saúde nasceu em 1979, num contexto político claramente influenciado pela Revolução de Abril, que transformou as “Caixas”, os dispensários materno-infantis e os hospitais das misericórdias num serviço integrado, global e para todos.

É aqui que reside um dos grandes méritos do SNS: a acessibilidade aos cuidados de saúde para todos, independentemente das condições sociais e económicas de cada um.

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 64º, proclama que “todos têm direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover” e explicita que o direito à proteção da saúde é realizado “através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito”.

Num claro desrespeito e afronta aos direitos constitucionais dos portugueses, os sucessivos governos tudo têm feito para destruir o Serviço Nacional de Saúde e Serpa não é exceção.

Intensificam-se as consequências da política de direita na saúde, protagonizadas numa dimensão nunca antes vista, que afetam seriamente o direito à saúde, políticas estas que exprimem a sua natureza de classe, refletindo a perspetiva dos grandes grupos económicos e financeiros e dos governos que as aplicam, por não privilegiarem o direito à saúde, mas por verem na “doença” uma grande oportunidade de negócio. E Serpa não é exceção.

Em Serpa, tal como no resto do país, a realidade não é diferente. Ao mesmo tempo que se estrangula financeiramente o SNS, em que se ataca os direitos dos profissionais de saúde, em que a precariedade e a desmotivação, a desvalorização profissional e salarial são pedras de toque desta política da direita, de que resulta uma grande instabilidade laboral e a saída de trabalhadores qualificados do setor público, crescem os apoios públicos aos negócios privados, de que é exemplo recente a entrega dos serviços do Hospital de São Paulo a uma instituição privada de solidariedade social, em negócio pouco transparente, tratado às escondidas, de que ainda hoje não se conhece o que foi contratado e em que termos, apesar da reiterada insistência da Câmara



Municipal junto das entidades responsáveis, para que esse documento fosse conhecido.

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Serpa, não pode deixar de manifestar a sua oposição à entrega de um serviço público de saúde a uma instituição privada, num negócio com contornos propositadamente escondidos pelos negociantes e que certamente irá custar muito dinheiro ao erário público e irá por em causa o direito dos serpenses à saúde, negando mais uma vez, o que está consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Esta moção, se aprovada, deverá ser enviada ao Presidente da República, ao Primeiro-ministro, aos Grupos Parlamentares, à ULSBA e aos órgãos de comunicação social regionais.

Moção apresentada pelos eleitos da CDU e aprovada, por unanimidade, na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 23 de dezembro de 2014